

PRAIA VERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

PRODUÇÃO DISCENTE
NO PPGSS-UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves **UFRJ**

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos **UFRJ**

Paula Ferreira Poncioni **UFRJ**

EDITORES AD HOC V.29 N.1 (ESPECIAL)

Alejandra Pastorini **UFRJ**

Rosemere Maia **UFRJ**

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi (Apresentação)

Renan Cornette

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral **UFPE**

Antônio Carlos Mazzeo **USP**

Arthur Trindade Maranhão Costa **UNB**

Christina Vital da Cunha **UFF**

Clarice Ehlers Peixoto **UERJ**

Elenise Faria Scherer **UFAM**

Ivanete Boschetti **UFRJ**

Jean François Yves Deluchey **UFPA**

Leonilde Servolo de Medeiros **UFRRJ**

Marcos César Alvarez **USP**

Maria Cristina Soares Paniago **UFAL**

Maria Helena Rauta Ramos **UFRJ**

Maria das Dores Campos Machado **UFRJ**

Maria de Fátima Cabral Gomes **UFRJ**

Myriam Moraes Lins de Barros **UFRJ**

Ranieri Carli de Oliveira **UFF**

Rodrigo Castelo Branco Santos **UNIRIO**

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo **PUCRS**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa **UFMA**

Suely Ferreira Deslandes **FIOCRUZ**



Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ



praiavermelha.ess.ufrj.br



@revistapraiavermelha



(55) (21) 3938-5386

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 29 n. 1 (ESPECIAL)
2019
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 1 (ESPECIAL)	p. 1-472	2019
------------------------	----------------	-------	-----------------	----------	------

A **Revista Praia Vermelha** é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição do corpo editorial.



CC BY-NC-ND 4.0

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

PRAIA VERMELHA

PROGRAMAS SOCIAIS DE EMPREENDEDORISMO PARA GERAÇÃO DE RENDA EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO

Daniela Calderón Díaz

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 29

n. 1 (ESPECIAL)

p. 153-173

2019

RESUMO

Na atual crise estrutural do capital, o Estado, garantidor das condições gerais de produção e acumulação, age de formas inéditas. Uma delas é o gerenciamento do desemprego (superpopulação relativa) mediante políticas sociais de empreendedorismo, apresentando-o como forma sustentável de geração de renda, na função de criar condições mínimas para a reprodução da vida da classe trabalhadora. O artigo pretende aproximar-se dos fundamentos econômicos e ideológicos do empreendedorismo, apontando certas proximidades e distinções dos programas de transferência de renda tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE

Empreendedorismo. Políticas Sociais. Desemprego. Pobreza.

ABSTRACT

In the structural crisis of capital, the State, guarantor of general conditions of production and accumulation, acts on unprecedented ways. One of them is the management of unemployment (relative surplus population) through social politics of entrepreneurship, showing it as a sustainable form to generate income, in an attempt to create minimal conditions to reproduce working-class life. This article aims to approach to the economic and ideological fundaments of entrepreneurship, pointing out certain proximities and distinctions regarding the traditional programs of income transference.

KEYWORDS

Entrepreneurship. Social Politics. Unemployment. Poverty.

Recebido em 05.06.2018

Aprovado em 19.09.2018

INTRODUÇÃO¹

Falar no cotidiano sobre desemprego gera inúmeras reações em trabalhadores e trabalhadoras, mas, sem dúvidas, o medo e a impotência ocupam lugares centrais na falta de meios para garantir a subsistência. Temos, como humanidade, experiência e noção de desemprego desde que foram se configurando as relações de trabalho tal como as conhecemos sob o modo de produção capitalista (em adiante, MPC) e enfrentamos na fase contemporânea uma situação que ativa os alertas até para os órgãos internacionais multilaterais, que devem começar a admitir suas dimensões crescentes.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão dependente da Organização das Nações Unidas (ONU), dá conta de mais de 192 milhões de trabalhadoras e trabalhadores desempregados atualmente no mundo, projetando para 2019 um aumento de 1,3 milhão. Ao mesmo tempo, informa a probabilidade do aumento de trabalhadores sob forma de “emprego vulnerável” (“por conta própria” ou como “familiar auxiliar”), que hoje correspondem a 42% dos trabalhadores a nível mundial, elevando-se significativamente ao considerar somente a periferia², na qual persiste a assim chamada “pobreza laboral” ou “problema do emprego de má qualidade”. Aliás, o organismo destaca a particular e preocupante situação das mulheres, que apresentam menores taxas de participação laboral e maior ocupação nos “empregos vulneráveis”, alcançando a significativa soma de 82% nos países “em desenvolvimento” (OIT, 2018).

1 As presentes reflexões fazem parte de uma dissertação de mestrado ainda em curso. O necessário aprofundamento da discussão sobre as intrínsecas conexões entre organização da produção, níveis de emprego, desemprego, subemprego, salários e organização política dos trabalhadores, serão apresentadas no texto final da mesma. Portanto, o artigo remete a uma leitura inicial das formas empreendedoras promovidas e financiadas pelo Estado para a geração de renda.

2 Nos países catalogados “em desenvolvimento” superaria 76% e nos chamados “países emergentes”, 46% (OIT, 2018).

No entanto, essas cifras devem ser vistas com cautela. Mészáros (2002) chama a atenção para a intencionalidade subjacente dos Estados de minimizar as proporções da situação, atenuando sua visibilidade, por meio de melhoras nas estatísticas de desemprego e assuntos afins. Isso se explica pelo *risco de desestabilização social*, que implicaria dar a conhecer as reais dimensões e tendências ao redor do mundo inteiro, destacando que o desemprego não atinge só trabalhadores não qualificados nas ramas periféricas da indústria e nos países “menos desenvolvidos”, mas também nos setores mais modernizados da produção, ou seja, afeta até aos trabalhadores qualificados dos países centrais³.

Para os Estados que entram no jogo multilateral, é desejável mostrar-se cumprindo os padrões de desenvolvimento estabelecidos ante a comunidade internacional. Nessa linha, a periferia busca aparecer à frente dos países centrais realçando atributos como estabilidade e confiabilidade para “atrair inversão” de diversos tipos. A ONU, em parceria com o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), coordenam política e financeiramente as orientações que pautam a atuação dos países; condição para obtenção de recursos sob forma de empréstimos⁴. Hoje em dia, os lineamentos se sintetizam na *Agenda 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável: uma oportunidade para latino-américa e o Caribe*, na qual, por exemplo, se declara como intenção:

Promover políticas orientadas ao desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, a criação de *emprego decente*, a *iniciativa empresarial*, a *criatividade* e a *inovação*, e *propiciar a formalização e crescimento das microempresas* e das pequenas e medianas, inclusive

3 Cabe indicar que o autor vem advertindo dessa tendência desde 1971, quando publicou o ensaio *The necessity of social control*, pela editora Merlin Press, de Londres.

4 Para um tratamento mais extenso sobre essas instituições, o acordo de Bretton Woods e as relações centro-periferia viabilizadas pela dívida externa, ver: Chesnais, 1996.

por meio do seu acesso a serviços financeiros. [...]
Daqui a 2030, lograr o pleno emprego e produtivo, e o *trabalho decente* para todas as *mulheres* e homens, incluso os jovens e as pessoas com deficiência, assim como a *desigualdade de remuneração por trabalho de igual valor* (PNUD, 2018, p. 29-30; grifos nossos).

Podemos ver que, *na aparência*, os Estados aderem formalmente a essas intenções e se mostram preocupados com o desemprego e a qualidade do trabalho no mundo, comprometendo-se a realizar ações para seu enfrentamento, mostrando até uma sensibilidade especial aos grupos oprimidos, subordinados e/ou invisibilizados historicamente, entre os quais estão as mulheres.

Tendo isso em consideração, o que interessa analisar brevemente no presente artigo é o modo em que ditos Estados gerenciam aquela massa crescente e pauperizada de desempregados, valendo-se da ajuda das políticas sociais, tentando, simultaneamente, responder ao papel de criar e recriar as condições mínimas para a reprodução da vida da classe trabalhadora. A proposta é olhar um pouco mais de perto uma forma específica dessas políticas dentro das múltiplas que se têm criado na tentativa de garantir as condições gerais de produção e acumulação do capital. Essa forma é o *empreendedorismo*.

Portanto, a primeira parte deste artigo destina-se a expor sinteticamente os traços principais da leitura marxista sobre o desemprego, apontando suas funções a respeito da totalidade das condições de vida da população trabalhadora, com ênfase na regulação dos salários, constituindo uma peça chave para os interesses do capital. Destaca-se também a necessária consideração dos fatores extraeconômicos para seu estudo em tempos de manutenção e aprofundamento de contrarreformas neoliberais, pois o capital, demandando crescentes graus de “flexibilidade e liberdade” para sua reprodução, se encarrega de derrubar paulatinamente cada uma das barreiras que lhe impedem de se movimentar de acordo com os requerimentos dos seus controladores e beneficiários, tendo o Estado como parceiro.

Na segunda parte, analisam-se alguns dos fundamentos econômicos e ideológicos dos programas sociais de empreendedorismo, os quais podem ser pensados como forma alternativa, efêmera e barata dos já conhecidos programas de transferência de renda, embora com efeitos diferenciados. A modo de ilustração dessa dinâmica na América Latina, utiliza-se tanto na primeira quanto na segunda parte o caso chileno.

O artigo termina situando brevemente os programas sociais de empreendedorismo na tentativa de aceleração da rotação do capital e pensando seus limites demarcados pelo atual modo de produção.

ESTADO, DESEMPREGO E SEU PAPEL ESTRATÉGICO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

As explicações sobre o desemprego são múltiplas, mesmo dentro da tradição liberal que, em linhas gerais, tende a apresentar o fenômeno como insuprimível, natural ou estrutural, mas “controlável”, indicando também possíveis vias para atendê-lo.

A *versão neoclássica* plantea o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de trabalho por causa do salário mínimo proposto pelos governos. Isso desincentivaria a contratação e obstaculizaria a suposta autorregulação do livre-mercado para chegar ao “equilíbrio”. Os neoclássicos propõem como solução ao anterior, simplesmente, *menores salários*.

Por outra parte, a *explicação keynesiana* indica que o desemprego se produz quando a demanda de bens e serviços é insuficiente para justificar a contratação de trabalhadores, sendo a solução disso um clima de expectativas favorável para as vendas e também baixas taxas de juros para que, por meio de empréstimos, se estimule a criação de empregos. Em síntese, presume uma conexão íntima entre desemprego e consumo.

Finalmente, a *versão da Escola Austríaca* assume que o desemprego é causado por um desvio entre os preços e os salários, sendo a solução proposta uma quantidade estável de dinheiro e a maximização

zação das condições para o livre-mercado, ou seja, uma solução no campo monetarista.

A leitura marxiana do desemprego diverge substantivamente das anteriores, explicando que uma parte da população trabalhadora, expropriada historicamente dos meios de produção, se vê forçada a vender a sua própria força de trabalho ao capitalista em troca de um salário que permita a reprodução de sua vida, mas sem conseguir fazê-lo. Em termos simples, não encontra compradores da sua força de trabalho. Mas, qual seria a explicação para isso?

Marx diz que essa população trabalhadora excedente é uma resultante *inerente à dinâmica da acumulação capitalista*, pois a lei geral que ele planteia explica uma tendência ao aumento do capital constante em relação ao capital variável na composição orgânica do capital, de modo que uma parte do proletariado aparece como *sobrante para as necessidades da acumulação*, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital. Ela é chamada superpopulação relativa, exército de reserva ou também população excedentária. Cabe destacar que, sob o MPC, a superpopulação relativa se encontraria *irreversivelmente* em crescimento.

Esse grande contingente de despossuídos (dos meios de produção e reprodução) constitui um poderoso mecanismo que possibilita aos capitalistas *pressionar para baixo os salários da totalidade dos trabalhadores*, incrementando a exploração da força de trabalho empregada. Nas palavras de Marx, a dinâmica é a seguinte:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 2013, p. 864).

Ou seja, os salários são determinados pela proporção variável em que a classe trabalhadora é dividida em exército ativo e de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo desse último e pelo grau em que é absorvida ou “liberada” (desempregada).

A anterior é sua função principal, mas não a única, pois, ao mesmo tempo, oferece a possibilidade de mobilizar as quantidades de força de trabalho que sejam requeridas para algum ramo de produção que o demande, em qualquer momento, conforme indique a conjuntura. Essa mobilidade pode ser entre ramos, mas também pode sofrer mudanças geográficas mediante deslocamentos da produção em que a força de trabalho seja mais barata ou em que se coloquem menos restrições à sua venda, geralmente países periféricos, como os latino-americanos. Sintetizando, nas próprias palavras de Marx, a superpopulação relativa “fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado” (Idem, p. 858).

O exposto até agora explica não só que a superpopulação relativa resulta inicialmente da dinâmica de acumulação capitalista, mas também que se torna em seguida indispensável ao prosseguimento dela, constituindo-se um elemento ineliminável sob esse modo de produção (NETTO; BRAZ, 2012).

Desse modo, manter baixos os salários e ter disponível uma massa de trabalhadores, tal como foi descrito, dá mobilidade e plasticidade ao capital. A superpopulação relativa converte-se assim em uma das formas que ele tem para tentar evitar as crises de superacumulação e subconsumo produzidas pela tendência ao estancamento da sua rotatividade, embora para Marx as crises sejam inerentes e inevitáveis ao MPC.

Na atualidade, essa base teórica deve ser lida acompanhando o movimento do real. Então, como ler historicamente a superpopulação relativa em tempos de crise estrutural do capital? Como se explica o superlativo e constante aumento dela após os anos de ouro e de “pleno emprego”? Jose Meneleu Neto resgata um segundo elemento insinuado por Marx para entendê-la na sua complexidade, pois ela

não é “um simples mecanismo mercadológico de ajuste nos níveis de salário e emprego” (1998, p. 82) entanto, circunscreve-se no contexto amplo da luta de classes. Assim sendo, para uma adequada interpretação, é preciso considerar os fatores *extraeconômicos*.

Quando o capital enfrenta uma das tantas crises cíclicas de superprodução e subconsumo (associada à dinâmica de superacumulação) que o mesmo capitalismo engendra, colocando em xeque sua própria capacidade de se expandir, ele tem algumas alternativas de ação que Marx (1986) identificou como “causas contrariantes” ou “contratendências”. Entre elas se encontram a intensificação da exploração da força de trabalho, a redução dos salários, o barateamento do capital constante, a ampliação do mercado externo, o aumento do capital em ações e a *formação de uma superpopulação relativa*. O substantivo dessas ações é que todas elas pressupõem um sujeito tácito para ser desenvolvidas: trata-se do *Estado*, administrador das respostas do capital frente às crises (IASI, 2017). A crise estrutural não foi exceção dessa intervenção. Dela interessa focar nas ações destinadas à *reconstituição* de uma voluminosa massa de desempregados.

Antes de implementar as medidas de liberalização, desregulamentação e privatização da economia, tripé fundador da mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), foi necessária a desarticulação das barreiras criadas na idade de ouro pelo pacto fordista-keynesiano, com vistas a *recuperar a lucratividade*. Portanto, a repressão dos setores organizados da classe trabalhadora foi essencial pois “sem remover o poder dos sindicatos, que travam a intensificação do trabalho, não teria sido possível” (MENELEU NETO, 1998, p. 79).

A bibliografia a esse respeito tende a considerar somente as contrarreformas nos países centrais, com destaque para as medidas de Thatcher, na Inglaterra em 1979, e de Reagan, nos EUA em 1980, por serem, de fato, países-sede do controle financeiro mundial. Mas, nesse ponto, vale a pena lembrar o cenário autoritário e repressivo na periferia latino-americana com suas ditaduras cívico-militares, que antecedeu a ofensiva contra o trabalho na Europa; entre elas a chile-

na, que com o sofrimento e sangue de 40.000 vítimas⁵, pavimentou o caminho para uma rápida, concentrada e ortodoxa aplicação das propostas neoliberais pensadas na Escola de Chicago⁶.

O plano para a implementação das ditas contrarreformas foi posto por escrito a partir de agosto de 1972, em pleno governo da frente de esquerda chamada Unidade Popular, que propunha a “via chilena ao socialismo”. Mas a proposta tinha alertado ao grande capital internacional e nacional, inclusive, desde antes de Salvador Allende assumir a presidência, pois ela se circunscrevia nas regras do jogo democrático, à diferença de todas as outras experiências de inspiração socialista em plena Guerra Fria.

O governo concretizou boa parte de seu programa, priorizando a nacionalização das matérias-primas e indústrias em setores estratégicos, junto a outras medidas em favor da ampliação de direitos e do melhoramento das condições concretas de vida dos trabalhadores, que contavam com um alto grau de sindicalização e militância, apoiando o governo. Frente a esse panorama, com o financiamento da CIA e com a assessoria técnica estadunidense, deixou-se sentir com força a violenta reação da burguesia no Chile, que só podia ser proporcional ao nível de organização do movimento operário e à politização da classe trabalhadora em geral, para conseguir sua neutralização.

Além da cruel repressão política, que se deixou sentir desde o primeiro minuto, cabe destacar anos mais tarde o chamado “Plano Laboral” de 1979, em vigência até hoje, o qual se ergue como prisma angular da desarticulação dos trabalhadores. Ele burocratizou o processo para o exercício da negociação coletiva e o direito à greve, limitando-as somente ao nível de empresa; permitiu a substituição de grevistas para evitar a paralização; excluiu a possibilidade de negociação aos trabalhadores com cargos administrativos ou diretivos, e

5 Constadas no Segundo Informe da Comissão Valech, pesquisadora dos casos de tortura e assassinato em 2011.

6 Embora o monetarismo tenha sido muito antes planteado, tendo como principal expoente a Friedrich Hayek, da Escola Austríaca.

igualmente aos servidores públicos; permitiu o paralelismo de agrupações de trabalhadores numa empresa; entre outras medidas tendentes à despolitização do sindicato (PIÑERA, 1990; NARBONA, 2015).

A precarização da vida dos trabalhadores é nítida ao comparar as cifras. No período de Allende (1970 – 1973), a taxa de desemprego tinha sido reduzida a 4%. Entre 1974 e 1987, a taxa de desemprego chegou a uma média de 20%, havendo ocasiões em que um em cada três trabalhadores carecia de emprego. Os salários reais aumentaram um 27% entre 1970 e 1972, caindo notoriamente em ditadura (RIESCO, 1989).

Embora o Chile seja o primeiro cenário de experimentação neoliberal na periferia a partir de 1973, isso se replicou nas seguintes experiências a nível mundial, pois a chamada “reestruturação produtiva” tem como *caraterística central a geração de um desemprego crônico e estrutural* (BEHRING; BOSCHETTI, 2018); ela é um fator de enfraquecimento da classe trabalhadora por excelência, pois a divisão interna na luta pela supervivência abre as portas para aceitar condições extremamente precárias e também maiores graus de disciplina, exigência e controle, sempre na lógica da “eficiência” da produção; a diferença de um nível baixo ou moderado nos quais “é difícil para as empresas combinarem longas jornadas de trabalho com salários reais em queda e com maior intensidade de trabalho” (MENELEU NETO, 1998, p. 93). Desse modo, o exponencial aumento da superpopulação relativa não tem nada de ingênuo nem natural; repor seu volume para enfrentar a crise estrutural foi (e é, na medida que se atualiza cotidianamente) *precondição* para a implementação das novas formas de acumulação capitalista.

DESEMPREGO E PROGRAMAS SOCIAIS DE EMPREENDEDORISMO: APARÊNCIA IDEOLÓGICA E APROXIMAÇÃO AOS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS

Como é sabido, o Estado na sua função de criar condições mínimas para a reprodução da vida da classe trabalhadora, como parte das

garantias gerais para a produção e acumulação capitalista, age por meio de políticas sociais; mas elas também têm sofrido profundas mudanças diante da crise estrutural do final dos anos 60 do século passado. Nela se esgota a perspectiva de regulação keynesiana, reinante na fase anterior, inspirada, pelo menos formalmente, em princípios universalistas.

No período posterior a 1970, configura-se um cenário de avanço de ideias neoliberais, cujos argumentos se dedicaram a criticar fortemente as intervenções do Estado em favor dos trabalhadores, produto, em boa medida, das pressões históricas do movimento operário. Portanto, seguindo a lógica do exposto na primeira parte deste artigo, as políticas sociais, tal como estavam, deviam ser também embatidas (“reestruturadas”).

As ideias de Hayek pareceram ser convenientes nessa conjuntura histórica, para quem o capital deve movimentar-se o mais livremente possível. Portanto, a intervenção do Estado somente obstaculiza e prejudica a natural redistribuição que o mercado garante, dedicando longas páginas à crítica ao “planejamento” na famosa obra *O caminho da servidão*, de 1944. A tendência das políticas sociais então, ante a impossibilidade de eliminá-las, é a sua máxima redução, representando um retrocesso histórico para os trabalhadores.

Nesse contexto, vale a pena destacar uma tendência: a expansão dos programas de transferência de renda. Eles, tendo sido adotados pela maioria dos países a partir da crise de 1969-1973, apresentam as seguintes características:

São condicionados à situação de ausência ou baixa renda; são completos e/ou substitutivos aos salários; possuem abrangência nacional e são regulamentados em lei nacional; os beneficiários devem ter acima de 18 anos e devem comprovar cidadania ou residência legal no país; em muitos países, os beneficiários devem mostrar disposição para inserção econômica e/ou social em alguma atividade de trabalho; o financiamento é de responsabilidade do governo federal (em alguns poucos países é partilhado com municípios); a gestão é, em geral, compartilhada entre governo federal, estados e municípios;

são permanentes e assegurados a partir de critérios objetivos (STEIN, 2005 *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2018, p. 133-134).

Contudo, como foi dito, as forças do capital tentam constante e criativamente reduzir o peso do Estado (quando as suas ações não estão dirigidas ao resgate econômico do mesmo capital, claro). Nessa lógica, o que foi pensado para ser um “apoio permanente”, pode, sem dúvidas, mudar.

Se a ideia inicial é apresentar uma “solução” ou um “apoio” frente às dificuldades para gerar renda, será que outro desenho de programa pode, com menores custos, responder ao mesmo propósito? Será que até pode reforçar os valores que as ideias neoliberais promovem? Vamos olhar mais de perto os programas de empreendedorismo focalizados no mesmo público-alvo das políticas de transferência de renda anteriormente descritas.

Para revisar a forma geral na qual se apresentam, tem-se considerado como referência um programa chileno cuja origem remonta a inícios da década de 2000; sua estrutura praticamente não tem sofrido mudanças apesar da persistência das deficientes avaliações a respeito da geração de renda. O nome dele atualmente⁷ é “Yo Emprendo Semilla” (“Eu empreendo semente”), fazendo alusão metafórica a plantar um “capital” (dinheiro⁸) transferido *uma única* vez pelo Estado, para ser “investido” (consumido) em determinados itens regulados pelo mesmo desenho do programa; a fim de “cultivar” o negócio planejado, pondo em prática “habilidades empreendedoras”⁹,

7 O programa foi conhecido anteriormente como “Programa de Reinserción Laboral y Empleo” (PRLE) de 2002 a 2006, e como “Programa de Apoyo al Microemprendimiento” (PAME) de 2006 a 2011.

8 Correspondente a \$350.000 pesos chilenos, que equivale a US\$535 ou a R\$1.770, calculado no dia 11 de dezembro de 2017.

9 A saber: “Autoconfiança e independência; persistência e aceitação dos fracassos como aprendizagem; capacidade de planejamento e seguimento; procura de oportunidades e iniciativa” (FOSIS, 2017, p. 15).

trabalhadas grupalmente num breve período de tempo. A natureza do empreendimento vai depender do plano feito pelo empreendedor, com a ajuda de assistência técnica. Assim, pode ter caráter *produtivo ou comercial*. Todo esse processo teria como “fruto” da semente-dinheiro inicial, uma “renda sustentável”¹⁰ fornecida pelo microempreendimento. O programa, cabe mencionar, se executa em 6 meses¹¹, e seu orçamento para 2018 corresponde a 16.749 milhões de pesos chilenos¹². Isso representa apenas 0,23% do total destinado a programas sociais para o presente ano¹³. Em comparação ao ano anterior, tal financiamento aumentou somente 1,97%,¹⁴ sem mostrar uma mudança significativa. Portanto, resulta em um programa barato e *express*.

Corresponde assim, a uma modalidade de política social com altos graus de mistificação, a qual articula uma série de valores e ideias liberais na promoção do autoemprego. Quem “empreende” supõe-se altamente criativo, procura o modo de inovar constantemente e é suficientemente flexível para gerir corretamente seus recursos no meio das incertezas; está disposto a correr os “riscos necessários”, mas medidos (nem mais nem menos); vê a mudança como algo saudável e tem facilidade de perceber as oportunidades que oferece o mercado; confia em si e nas metas que se propõe, pelas quais atua com determinação (FORMICHELLA, 2014). Dessa forma, promulga-se a ideia de que os logros econômicos dependem fundamentalmente

10 A pessoa que participa dele fica impossibilitada de um novo financiamento durante 2 anos.

11 Deixando fora os processos técnico-administrativos de seleção e fechamento, sem contato com usuários e usuárias.

12 Equivalente a R\$ 100.296.257 ou US\$ 25.768.423 (calculado no dia 12 de julho de 2018).

13 O orçamento correspondente a programas sociais em 2018 ascende a \$7.136.172.000.000 de pesos chilenos.

14 Dados obtidos do Banco Integrado de Programas Sociais. Disponível em: <<http://www.programassociales.cl>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

do esforço individual. Esse é um recurso ideológico crucial presente na promoção da chamada “cultura do empreendedorismo” e consiste no ocultamento do caráter social e histórico das relações de produção, quer dizer que o ser eminentemente social precisa ser apresentado como um indivíduo que pode produzir e reproduzir as condições materiais da sua vida, de forma isolada (IASI, 2017).

Mas além da interpretação *ideológica* do empreendedorismo nas políticas sociais, é necessário aventurar uma leitura das formas econômicas que se articulam.

Marx, já no século XIX, tinha observado algumas modalidades de salário que aparentavam dar maiores graus de autonomia e autosuficiência aos trabalhadores. Trata-se do salário por peça¹⁵. A proposta é, então, analisar as suas diferenças concretas com a renda resultante da forma empreendedorismo, no século XXI.

No caso proposto por Marx, e retomado por Teixeira (1998), o trabalhador materializa sua força de trabalho numa mercadoria e logo, já transmutada, vende-a ao capital, tendo ele previsto um valor, apropriando-se do mais-trabalho contido na mercadoria produzida fora do chão da fábrica, mas mantendo controle sobre a produção

Mediante um manual de procedimentos que especifica o tipo de produto e/ou serviço exigidos [...] predeterminam o tempo de trabalho necessário de cada produto e serviço, conseqüentemente, também, os seus preços [...] submete os vendedores de “trabalho materializado” a uma vigilância constante, que se faz por meio de auditorias periódicas [...] [caso se prejudique a qualidade da mercadoria, podem] perder, inclusive, seus contratos de venda. Quanto ao tempo de trabalho necessário que deve ser despendido em cada unidade de mercadoria ou venda de serviço, a empresa compradora fixa esse tempo e faz dele a base de pagamento dos fornecedores. Se estes consomem tempo maior do que aquele determinado pela empresa, eles são obrigados a arcar com os prejuízos (TEIXEIRA, 1998, p. 71).

15 Exposto no *Capital*, livro I, cap.19.

Assim, o valor do seu dia de trabalho se mede pela produção de unidades de mercadorias *compradas logo por uma empresa*. Mas as condições de reprodução da vida sempre podem ser mais precárias conforme avançam os processos históricos. Vejamos agora o caso do empreendedorismo.

A eventual mercadoria produzida¹⁶ não é paga depois por uma empresa. O máximo contato que pode ter alguma delas com esses empreendimentos é: 1) que os trabalhadores autoempregados lhe comprem parte dos seus meios de (micro)produção, ou seja, um *consumo produtivo* no qual meramente se realiza o valor das mercadorias produzidas inteiramente por outros trabalhadores; ou, 2) que se comprem mercadorias, também já produzidas e acabadas, nas quais se deposite a esperança de conseguir vendê-las a outro comprador, a fim de participar *residualmente* do lucro comercial.

O destaque que vale a pena nesse ponto é que justamente a transferência monetária que o Estado faz por meio do programa social facilita essas ações: 1) o consumo produtivo, ou 2) o consumo para comerciar. Ambos os casos implicam realização do valor para um terceiro, que pode ter ou não características monopolistas.

Voltando à comparação, na análise de Marx, mesmo com todas as características exploradoras, a força de trabalho já materializada sob forma de mercadoria tinha pelo menos a garantia de ser comprada nessa forma transmutada e, de fato, era produzida para isso. Dessa forma, o capital tem a possibilidade de se apropriar do mais-valor, ou seja, *forma parte da produção*. Isso não acontece com o autonomizado trabalhador microempreendedor, que só transita *no momento da circulação*, portanto, não é incorporado de forma nenhuma como parte do processo produtivo de uma empresa externa.

O trabalhador é apresentado como um par ou simplesmente um empresário de menor tamanho. O que perde substância nessa dinâmica é o salário mesmo, agora inexistente, pois só terá forma de

16 Lembrando que muitos microempreendedores só esperam participar residualmente do lucro comercial.

salário por peça, se algum microempreendedor (ou um conjunto deles) conseguir pactuar um contrato de venda, mas a estrutura dos programas sociais descritos não tem isso como objetivo, de modo que as formas cooperativas ficam por fora dele.

Vale lembrar aqui que há grande diferença entre quem é travestido como “empresário” sendo trabalhador e quem possui de fato os meios de produção. Nosso trabalhador, por mais que receba “inicialmente” do Estado um dinheiro (D) e compre meios de produção (ou mercadorias prontas para logo vender) (M), jamais vai ter como resultado final um D’, pois aquele valor “a mais” só pode ser produzido pela mercadoria força de trabalho que, no caso, é aportada por ele mesmo¹⁷; aliás, os “ganhos” que derivam do empreendimento, são apenas para tentar garantir a subsistência. Portanto, só pode inscrever-se no processo de circulação característico da produção mercantil simples (M-D-M).

Daí que, quanto mais se intensifique o uso da sua própria força de trabalho ou quanto mais se estenda a sua jornada (indeterminadamente), maiores são as probabilidades de realizar o valor das mercadorias involucradas no empreendimento, fonte da eventual renda. Em suma, o empreendedorismo aqui analisado não faz (nem fará) parte da reprodução ampliada do capital.

17 Ou apropriada de algum terceiro *não remunerado*, nas estatísticas geralmente apresentado como familiar, e principalmente mulheres. Essa variável merece uma problematização mais profunda, assim como a maioritária participação das mulheres nos programas apresentados, somado à focalização específica de algumas versões nelas, por indicação dos órgãos internacionais. Será matéria da dissertação refletir sobre a necessária *desomogeneização da classe* para compreender os *desdobramentos concretos da exploração das mulheres*, compreendendo que a classe trabalhadora tem dois sexos e que o conjunto dos homens, sob diversas formas de opressão, historicamente tem tirado proveito da força de trabalho feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os fundamentos da produção e reprodução capitalista, como sugere a tradição marxista, viabiliza o reconhecimento das tendências e imperativos que justificam a criação de emprego, as características que essa relação assume hoje, a funcionalidade do desemprego e as formas que o mesmo capital propõe para sua gestão. Isso permite, entre outras coisas, identificar o que é apresentado como um “avanço” ou não, e para quem seria. Segundo isso, como se pode explicar o interesse do capital nessa forma de empreendimento pela via das políticas sociais?

Essa pergunta, ambiciosa e complexa, pode ser parcialmente respondida ao lembrar a necessidade imperiosa do capital de criar e renovar mecanismos contratendências à queda da taxa de lucro, o que revela um nexos com os requerimentos sociopolíticos não só do processo de valorização do capital, mas também *da realização daquele valor*. Nela se evidencia a incidência da ação estatal das transferências de dinheiro por meio dos programas mencionados, ou seja, contribui mediante eles à *aceleração da rotatividade do capital*, na contraditória tentativa de evitar seu repouso e, junto a isso, as suas inerentes crises de superprodução. As duas formas de empreendedorismo revisadas, como parte do momento da circulação, contribuem em pequena escala com ela.

Assim, apesar de pequena, a parcela do fundo público destinada ao financiamento do programa segue em parte a lógica dos programas de transferência de renda, pois também “atua nos processos de incremento da metamorfose da mercadoria em dinheiro” (BEHRING, 2012, p. 177), liberando ao mesmo tempo um amplo espaço do fundo público para outros fins mais interessantes e urgentes aos interesses do capital, tais como os “resgates financeiros” a grandes empresas ou o pagamento da dívida externa.

Junto ao anterior, os programas sociais de empreendedorismo alimentam a ideia de uma sociedade sem vendedores de força de trabalho, ou que no longo prazo poderia prescindir deles, reforçando

uma ilusão fetichista que mantém a funcionalidade das formas anti-gamente analisadas por Marx: afetar a consciência de classe, dividir os trabalhadores obstaculizando sua organização a fim de apassivá-la e, ao mesmo tempo, facilitar (já não garantir) os meios para a reprodução da vida do grande contingente precarizado.

No Chile, por exemplo, as avaliações realizadas pela Direção Nacional de Orçamento expressam a insuficiência desse tipo de programas para os fins declarados, com escassos resultados positivos em termos quantitativos. As estatísticas mostram que apenas 46,4% dos empreendimentos financiados continua vigente após 12 meses de concluídos (DIPRES, 2009). O caráter supérfluo da ação do Estado torna-se evidente.

Todavia, mesmo com suas grandes limitações e com débeis repercussões na renda dos trabalhadores, é preciso observar que ela gera efeitos concretos na população envolvida, considerando a natureza contraditória das políticas sociais. Corresponde a um amortecimento residual, focalizado e imprevisível na sua sustentabilidade, ante as bárbaras contradições que envolvem o capitalismo contemporâneo, na voracidade por recuperar as taxas de lucro a qualquer custo social.

Sabemos que nenhuma política social é capaz de reverter a tendência estrutural ao aumento do desemprego com as dimensões que alcança atualmente, nem é essa sua razão de ser. Contudo, corresponde a um compromisso emancipatório o esforço de levantar as críticas pertinentes que as forcem a avançar até o limite da sua cobertura, “tendo em vista elevar o padrão de vida das maiores e suscitar necessidades mais profundas e radicais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2018, p. 190). Enquanto as tentativas de enfrentamento ao desemprego não questionarem os fundamentos do atual modo de produção e reprodução, apontando à sua superação, nenhuma delas terá o potencial de eliminá-lo, pois ele é um elemento central e constitutivo do capitalismo.

Apesar de a crítica ao empreendedorismo ser pouco partilhada pela sociedade em geral, em tempos em que a opinião pública exalta reiteradamente suas bondades, ela resulta necessária para des-

naturalizar as sutilezas de mais uma forma de opressão, dominação e exploração da classe trabalhadora, revestida de novas roupagens.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, E. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____.; BOSCHETTI, I. *Política Social*. Fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2018.
- CEPAL. *Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible: una oportunidad para América Latina y el Caribe*. Nações Unidas, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/node/45513>>. Acesso em: 27 maio 2018.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.
- DIPRES. *Evaluación en profundidad programas de microemprendimiento*. Santiago de Chile: Statcom consultores, 2009.
- FORMICHELLA, M. M. *El concepto de emprendimiento y su relación con el empleo, la educación y el desarrollo local*. VII Congreso Nacional e internacional de Administración, y XI CONAMerco. Chile, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281465619_El_concepto_de_emprendimiento_y_su_relacion_con_el_empleo_la_educacion_y_el_desarrollo_local>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- FOSIS. *Bases de Licitación Pública Yo Emprendo Semilla*. Santiago de Chile, 2017.
- IASI, M. *Política, Estado e Ideología na trama conjuntural*. São Paulo: Ed. ICP, 2017.
- MARX, K. *O Capital*. Livro III. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1986.
- _____. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Ed. Boitempo [e-book], 2013.
- MENELEU NETO, J. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F.; ALVES, G.; NETO, M.; OLIVEIRA, M. A. (Orgs.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo, Cortez, 1998.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

- NARBONA, K. *Antecedentes del Modelo de Relaciones Laborales Chileno*. Santiago de Chile: Fundación Sol, 2015. Disponível em: <http://www.fundacionsol.cl/wp-content/uploads/2014/11/Narbona-K.-Antecedentes-hist%C3%B3ricos-del-modelo-de-relaciones-laborales_2015.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2017.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Ed.Cortez, 2012.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). *Perspectivas sociales y del empleo en el mundo*. Tendências 2018. Resumo executivo. Disponível em: <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2018/WCMS_615674/lang-es/index.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.
- PIÑERA, J. *La revolución laboral en Chile*. Santiago de Chile: Zig-Zag, [e-book], 1990. Disponível em: <www.josepinera.com>. Acesso em: 03 ago. 2017.
- PNUD. *Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible*. Una oportunidad para América Latina y el Caribe. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40155/10/S1700334_es.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.
- RIESCO, M. *Desarrollo del capitalismo en Chile bajo Pinochet*. 1988. 365f. Tese (Doutorado em Economia Política)-Academia das Ciências da Rússia. Santiago: Ed.ICAL, 1989. Disponível em: <<http://www.cendachile.cl/Home/publicaciones/autores/manuel-riesco/manuel-riesco-libros/desarrollo-del-capitalismo-en-chile-bajo-pinochet-indice/desarrollo-del-capitalismo-en-chile-bajo-pinochet-2>>. Acesso em: 04 abr. 2018.
- TEIXEIRA, F. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? In: TEIXEIRA, F.; ALVES, G.; NETO, M.; OLIVEIRA, M. A. (Orgs.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez, 1998.

Daniela Calderón Díaz

Professora pela Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso, Chile (PUCV). Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). daniela.dacd@gmail.com

Esta publicação foi impressa em 2019 pela gráfica Imos
em papel offset 75g/m², fonte ITC Franklin Gothic,
tiragem de 500 exemplares.